



SEÇÃO: ARTIGOS

Etnia, etnicidade e modernidade: uma análise histórica do uso dos conceitos na África pós-colonial

Ethnicity, ethnicity and modernity: a historical analysis of the use of concepts in poscolonial Africa

Roger Machado
Marques¹

orcid.org/0000-0002-2742-7456
roger.m@edu.pucrs.br

Recebido em: 15 ago. 2021.

Aprovado em: 25 jan. 2022.

Publicado em: 21 jun. 2022.

Resumo: O momento pós-colonial africano enfrenta desde a segunda metade do século XX, dentre inúmeras adversidades, conflitos muitas vezes denominados como "étnicos". Entretanto, existem autores que alertam para o uso excessivo e, por vezes pouco crítico de conceitos como etnia, etnicidade, tribo e nação, no intuito de caracterizar maneiras pelas quais operam os empasses políticos no continente africano. Ao observar a trajetória destes conceitos ao longo do tempo se torna possível explicitar os problemas vividos pelas populações africanas, bem como compreender a gênese dos modelos de estado-nação vigentes na contemporaneidade. A fim de divergir de antigos paradigmas que por longo período reduziram a complexidade da história africana, um melhor entendimento dos usos conceituais alinhado a uma historicidade meticulosa se torna necessário para a escrita de uma história da África com mais criticidade e livre de preconceitos, os quais ainda se encontram amarrados ao racismo cientificista do século XIX. Pormenorizar conceitos de análise direcionados aos estudos do continente africano são de suma importância para a escrita de uma história livre de estigmas e de preconceitos.

Palavras-chave: Etnicidade. Expressões étnicas. Pós-colonial.

Abstract: Since the second half of the 20th century, the African post-colonial moment has faced, among countless adversities, conflicts often referred to as "ethnic". However, there are authors who warn against the excessive and sometimes uncritical use of concepts such as ethnicity, ethnic, tribe and nation, in order to characterize the ways in which political impasses operate in the African continent. By observing the trajectory of these concepts over time, it is possible to explain the problems experienced by African populations, as well as to understand the genesis of the nation-state models in force in contemporary times. In order to diverge from old paradigms that for a long period reduced the complexity of African history, a better understanding of conceptual uses aligned with a meticulous historicity becomes necessary for the writing of an African history with greater criticality and free from prejudice, which still tied to nineteenth-century scientific racism. Detailing analysis concepts aimed at studies of the African continent are of paramount importance for the writing of a history free from stigmas and prejudices.

Keywords: Ethnicity. Ethnic expressions. Postcolonial.

Introdução

Utilizando como base um estudo de caso sobre expressões étnicas no processo de edificação dos estados africanos no pós-independência – particularmente neste texto será citado como exemplo o caso de Angola a partir da experiência colonial portuguesa –, neste artigo serão



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

apresentadas algumas ideias no tocante aos usos políticos dos conceitos de etnia e etnicidade. Quando a modernidade enaltecida pelas nações europeias se chocou com identidades eventualmente chamadas de pré-modernas, diversos grupos passaram a adotar a nomenclatura outrora utilizada pelo colonizador, o qual para fins de designar grupos outros que não compartilhavam visões de mundo semelhantes ao modelo ocidental, criou nomenclaturas nada relacionadas às expressões identitárias autóctones. O processo ocasionou uma ressignificação de identidades em decorrência das políticas colonialistas que tentavam administrar o contingente social sob sua influência. O que ocorre no momento pós-colonial é um "esvaziamento" do arcabouço cultural colonialista, abrindo espaço para a reivindicação de grupos anteriormente sem protagonismo político. De maneira muito semelhante à construção do imaginário do Nacionalismo no contexto europeu do século XIX, a etnia fora mobilizada a fim de direcionar identidades a propósitos bem-definidos, uma vez que o campo semântico em torno do "étnico" passou a ser instrumentalizado dentro de uma linguagem política. A etnicidade somente é inteligível a partir de um aparato cultural proveniente da modernidade ou de um campo epistêmico oriundo do processo histórico ocidental.

Primeiro a etnia, depois a etnicidade: uma breve história do uso dos conceitos

No que tange a análise de conceitos, os conhecimentos acerca da História dos Conceitos são enriquecedores para o estudo proposto neste trabalho. Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck, o tempo histórico está associado a ações políticas e sociais do ser humano, bem como suas organizações e instituições (KOSELLECK, 2006). Como este trabalho pretende analisar as formas pelas quais se instrumentaliza politicamente tipos de discurso identitário, os quais por sua vez enaltecem diferentes fatos históricos do passado de um espaço sociocultural específico, a ideia de "estratos de tempo" desenvolvida por Koselleck pode servir como ferramenta de análise.

O autor faz uma analogia aos estratos terrestres, conceito da geologia que remete as diferentes camadas de terra das quais se pode identificar tempos geológicos distintos. Trazendo esta ideia para a concepção de tempo histórico, Koselleck utiliza seus conhecimentos acerca da linguística para identificar "camadas" de tempo presentes na linguagem de um determinado texto:

Sigo inclinado a interpretar de forma aporética a relação entre a história da linguagem e a história factual: a linguagem contém e pode expressar sempre mais (ou menos) conteúdo do que aquele que existe na história real. Inversamente, cada história contém mais (ou menos) do que se diz dela. Por isso, a narrativa histórica sempre precisa reformular a história passada (KOSELLECK, 2014, p. 14).

Inúmeros discursos políticos operantes na pós-colonialidade africana, ao enaltecer diferentes expressões identitárias fazem alusão a processos históricos específicos, com o propósito de legitimar suas reivindicações. O elemento histórico neste caso, evidencia diferentes "camadas" de tempo instrumentalizadas de acordo com as demandas do momento, quando a reivindicação por legitimidade política se torna necessária. Muitos dos discursos étnicos hoje atuantes trabalham com uma superposição de diferentes tempos históricos, sendo possível perceber, por exemplo, a experiência do tempo expressa na forma de articulação da linguagem em discursos nacionalistas. "A história sempre tem a ver com o tempo, com tempos que permanecem vinculados a uma condição espacial, não só metafórica, mas também empiricamente" (KOSELLECK, 2014, p. 9).

Partindo desta perspectiva, o historiador da Cambridge School John Pocock define uma metodologia satisfatória para esse tipo de pesquisa. Segundo o autor, atores históricos dialogam entre si em cada contexto. Para realizar um estudo sobre esses atores é essencial então reestabelecer o "contexto linguístico" no qual ele está inserido, ou, em outras palavras, deve-se compreender as "linguagens políticas" de cada contexto:

Uma grande parte da nossa prática como historiadores consiste em aprender a ler e conhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam

disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando: identificá-los à medida que aparecem na textura linguística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor do texto propor ou "dizer" (POCOCK, 2003, p. 33).

Isto posto, segundo esta perspectiva é preciso que o historiador não apenas compreenda os discursos de seu próprio objeto de pesquisa, mas também reestabeleça os debates políticos do contexto histórico, como modo de compreender a linguagem política do período. Portanto, feito o devido esclarecimento, pode-se trazer os conceitos de etnia e etnicidade à luz do quadro teórico supracitado.

A utilização moderna do conceito de Etnia ocorre primeiramente na Europa ao longo do século XIX, quando da estruturação do modelo de Estado-nação. A Etnia fora utilizada particularmente dentro do arcabouço político-cultural alemão, o qual diferenciava as origens nacionais do modelo francês. Segundo a historiadora francesa Anne-Marie Thiesse (2001), especialista em estudos sobre regionalismos e nacionalismos, o modelo romântico alemão partia do pressuposto que a Nação é anterior ao Estado, o segundo se organizaria em torno do primeiro. Em contrapartida, o modelo francês entende o processo no sentido oposto, seria o Estado quem cria ou organiza a Nação.

O conceito de etnia adentrou na linguagem acadêmica francesa por intermédio do antropólogo Georges Vacher de Lapouge, teórico da eugenia e do racialismo. Para ele, a raça era entendida como as características hereditárias comuns a um grupo de indivíduos, então adotou o conceito de etnia – do grego, "*Ethos*";² o conjunto de traços e modos de comportamento que conformam o caráter ou a identidade de uma coletividade – para se referir às características não abarcadas pela raça, definindo etnia como um agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhados (SILVA; SILVA, 2005, p. 124). No mundo anglo-saxão, as ciências sociais

utilizavam a etnicidade para designar a pertença a um grupo outro que não o anglo-americano, o único contingente social branco sem origem nacional definida. Poutignat e Streiff-fenart (1998, p. 22) salientam que poucos pesquisadores chamam atenção para "o caráter etnocêntrico deste uso da noção de etnicidade", o qual se posiciona como detentor do "poder de nomear" o outro.

Isso posto, pode-se melhor compreender a trajetória do uso do conceito, o qual em um primeiro momento surge em decorrência de demandas europeias bem demarcadas no tempo. O que vale lembrar é que o conhecimento científico como se entende até o século XXI, tivera sua origem no campo epistêmico europeu do século XIX, em outras palavras, pode-se dizer que a ciência enquanto *corpus* de saber cumulativo – do cientificismo do XIX tardio a cientificidade atual – ainda traz em seu processo cognitivo formas de inteligibilidade provenientes daquela conjuntura histórica. Fora durante esse período que as ciências direcionadas às questões humanas também tiveram suas áreas delineadas e passaram a fazer parte de um conhecimento institucionalizado como disciplinas acadêmicas, das quais a antropologia fora a mais instrumentalizada nas políticas colonialistas.

O conceito de etnia e, sua expressão de acordo com a identidade estudada, a etnicidade, desde seus primeiros momentos de utilização fora definido pela sua ampla aplicabilidade. "A etnicidade deve ser considerada uma dimensão universal das relações humanas, e não um fenômeno característico dos grupos que o senso comum define como 'étnicos'" (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 26). Entretanto o que ocorre, é que o conceito fora desenvolvido dentro de um aparato epistêmico específico, o método científico – ou mesmo "cientificista" – ocidental quando tentava "resgatar" as bases culturais das nações. Ao longo da corrida colonialista o termo migrou da política dos estados europeus para os estudos antropológicos, visando estudar grupos

² Ao longo da história ocidental o termo "étnico" servira para designar pejorativamente e, por vezes, negativamente grupos "outros". Na antiguidade grega, o termo *ethnos* se referia aos bárbaros ou aos povos gregos não organizados segundo o modelo da Cidade-Estado; por sua vez a expressão latina *ethnicus* designava durante a Idade Média tardia os pagãos em oposição aos cristãos.

humanos "outros" por meio de categorias desenvolvidas através do método científico.

No intuito de delimitar algumas definições do conceito de Etnia, Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (2014, p. 33) trazem algumas definições de autores como Paul Mercier e Guy Nicolas. A etnia seria entre as características levantadas, um grupo fechado, de ancestralidade comum, homogeneidade cultural, língua comum, unidade política e relativamente perene. Entretanto, deve-se levar em conta o fator da alteridade, pois os estudos étnicos não podem se prender somente ao "segmento sociogeográfico"; não se pode considerar a etnia isoladamente, deve-se entendê-la perante uma "paisagem étnica", ou seja, em um processo dinâmico de interação com outras expressões étnicas. Amselle e M'Bokolo delimitam os termos "etnia", "tribo" e "nação", quando sinalizam os primeiros usos dos termos – partindo do caso francês – em fins do século XIX. "Os antropólogos encontram-se, portanto, prisioneiros de certas categorias no interior das quais tiveram de se situar para estudar as sociedades [...]!" (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014, p. 34). Segundo os autores, os termos etnia e tribo passam a serem usados de modo maciço a fim de diferenciar da noção de Nação. No caso francês os dois termos muitas vezes se confundem, mas no caso anglo-saxão um aspecto fica claro: tribo e etnia servem para designar "organizações sociais segmentares". O objetivo seria "classificar à parte" sociedades não ocidentais negando-lhes a historicidade, a capacidade dos agentes dessas sociedades serem ativos nas suas próprias histórias.

Sem forçar muito as coisas, poder-se-ia dizer que o denominador comum de todas essas definições da etnia corresponde em definitivo a um Estado-nação de caráter territorial mediano. Distinguir rebaixando era exatamente a preocupação do pensamento colonial, e assim como era necessário "encontrar o chefe", também era necessário encontrar, no seio do magma de populações residindo nos países conquistados, entidades específicas (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014, p. 38).

A etnicidade possuiria um caráter coercitivo, inefável e profundamente enraizado. Há dificul-

dades em definir o conceito em virtude de sua gama de descrições. De acordo com os autores Poutignat e Streiff-Fenart (1998), há confusão até mesmo nas palavras de um mesmo autor. Por vezes, o termo se aproxima da noção de cultura, em outros momentos se confunde com raça. A etnicidade pode ser utilizada para se referir ao sentimento de pertencimento de um grupo – identidade –, porém, existem aqueles que alertam para as diferenças entre etnicidade e nacionalismo. Todavia, vale ressaltar os autores dos quais lembram o caráter estratégico no que se refere à política. De todo modo, não se pode deixar de levar em consideração a pluralidade das abordagens.

Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998, p. 24) salientam que o sucesso do conceito de etnicidade no mundo anglo-saxão começou a partir da criação da revista *Ethnicity*, em 1974, década na qual os estudos étnicos ganhavam grande destaque nas ciências sociais estadunidenses. Em razão da grande atividade acadêmica em torno dos estudos étnicos, os autores afirmam que esse período marca o surgimento da "indústria acadêmica da etnicidade". Quando se fala em etnicidade a partir dos últimos anos do século XX e início do XXI, lida-se com um constructo intelectual decorrente de uma ampla transculturalidade oriunda da dimensão que a globalização alcançara. Na linha deste raciocínio vale citar o pensamento do sociólogo jamaicano Stuart Hall no que toca a "multiculturalidade". Stuart Hall (2003), ao observar a experiência vivida no império britânico, no texto sobre Multiculturalismo, problematiza as linguagens em torno dos termos "raça" e "etnia". O autor diverge da concepção de "etnocentrismo" – etnocentrismo como conceito que enfatizaria uma diferença entre raça e etnicidade –, quando afirma que tanto o conceito de raça quanto o de etnia são articulados discursivamente como duas lógicas do racismo:

Conceitualmente, a categoria "raça" não é científica. As diferenças atribuíveis à "raça" numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. "Raça" é uma construção

política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo (HALL, 2003, p. 69).

Em seguida, Hall aponta que:

Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria (Hall, 1994). Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza (HALL, 2003, p. 69).

Para Hall (2003), a etnicidade se fundamenta em um discurso de ordem cultural, frequentemente se opondo à raça. Contudo, essa dicotomia entre raça e etnia pode levar a conclusões simplistas, uma vez que marcadores biológicos como a cor da pele também são mobilizados "para conotar diferenças sociais e culturais". "O referente biológico nunca opera isoladamente, porém nunca está ausente, ocorrendo de forma mais indireta nos discursos de etnia". Portanto, nas palavras do autor: "[...] o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo" (HALL, 2003, p. 71).

Etnia: um desdobramento do colonialismo

Concomitante à edificação dos estados europeus baseados no aparato do Nacionalismo, ocorria a disputa por territórios coloniais ao redor do globo, o que também era uma característica abarcada no entendimento de soberania entre as nações. A possessão de colônias fazia parte do jogo nacionalista, apontando o quão poderosa uma nação poderia ser em relação às outras. Essa era a lógica da corrida colonial da segunda metade do século XIX, a qual introjetou a cultura ocidental em vastos contingentes sociais dos territórios coloniais. Foi dentro desse período que cientistas sociais como antropólogos passaram a estudar as populações dos territórios à vista da conquista nacionalista europeia, o objetivo era classificar para entender e administrar território e população autóctone.

De acordo com alguns pesquisadores, a etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações. Por uma inversão da problemática anterior da modernização, muitos autores observam agora na modernidade não a chegada da uniformização e do individualismo, mas a era do nacionalismo étnico e do racismo. [...] a etnicidade é vista nesta perspectiva como um fenômeno essencialmente contemporâneo (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 27, 28).

A ideia de etnia conseguiria mobilizar emoções mais poderosas, por isso acaba sendo mais eficiente no momento pós-moderno, quando há uma certa diluição das identidades diante da ampla transculturalidade resultante de um cenário globalizado. A etnicidade também pode ser entendida como "um método informal de organização política" (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 98), proveniente do estilo de vida de determinado grupo ou subcultura. Por este motivo, o fenômeno das múltiplas expressões étnicas observadas a partir dos últimos anos do século XX podem explicar o aspecto pelo qual as identidades periféricas adentraram nos centros cosmopolitas.

Antes do choque da cultura ocidental com a África pré-colonial, não havia fronteiras bem-definidas entre sistemas políticos, culturais ou mesmo concepções religiosas. Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 99, 100) salientam que "quaisquer que sejam as situações nas quais ela é aplicada, a teoria instrumentalista vê na mobilização das identidades étnicas não uma forma de arcaísmo, mas uma expressão da modernidade". Autores como Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (2014) explicam que antes do advento da modernidade nos territórios coloniais, ocorriam inter-relações, sobreposições e entrecruzamentos identitários. Indo ao encontro de teorias instrumentalistas e mobilizacionistas (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998), Amselle e M'Bokolo fazem uma ressalva sobre uso desenfreado dos termos "etnia" e "tribo" para designar toda disputa política no continente africano como "conflito tribal" ou "luta étnica". Segundo os autores, a concepção étnica é um fenômeno moderno, muito diferente do corrente

uso arcaísta do termo.

Estas denominações seriam reducionistas no que toca a complexidade cultural das diferentes formas que os grupos manifestam suas identidades, bem como reforçam a ideia de que remeteriam a um tipo de aspecto ancestral que somente teria sido superado durante o período colonial (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014, p. 11). No entanto, os autores salientam que não se pode negar a existência de etnias no continente africano, apenas enfatizam que não se pode atribuir um único sentido a um "etnônimo", é necessário relativizá-los sem negar aos grupos o direito de construir suas identidades como bem entendem. O que ocorre no trabalho de Amselle e M'Bokolo é um olhar construtivista em detrimento do tradicional olhar primordialista dos estudos étnicos da antropologia. Ao encontro dos dois autores, de maneira similar Poutignat e Streiff-Fenart apontam que:

Os termos "tribalismo" e "etnicidade", argumenta A. Cohen (1974a), são apenas duas etiquetas diferentes que designam o mesmo fenômeno: uma forma de reação às condições da modernidade que, tanto na África quanto nos Estados Unidos, leva os indivíduos a organizar-se segundo as linhas étnicas para sustentar a competição econômica e política. Em todas estas análises, os grupos étnicos são definidos como grupos instrumentais, artificialmente criados e mantidos por sua utilidade pragmática (Vincent, 1974), ou como "armas" (Grillo, 1969; Young, 1983) utilizadas para obter vantagens coletivas (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 95, 96).

Esta abordagem foi amplamente utilizada pelas elites intelectuais africanas, no intuito de desconstruir as explicações primordialistas do tribalismo oriundo da máquina de dominação colonial, ou seja, neste caso a etnicidade fora compreendida como um instrumento de conquista direcionado para fins políticos e econômicos. O uso do conceito traria à tona um sentimento de solidariedade em grupo que a despeito das origens culturais, de classe ou religião facilitaria na mobilização de contingentes sociais com interesses comuns. Essa concepção também explica a emergência de identidades "fragmentárias" em detrimento do modelo de Estado-Nação

ocidental, o qual na conjuntura do final do século XX e início do XXI vem sofrendo ataques ao seu modelo de soberania. Autor que estudou o caso com considerável escrutínio fora o historiador inglês Anthony D. Smith.

O modelo étnico de nação se tornou cada vez mais popular e corrente, não só pela razão precedente, mas também por assentar tão folgadoamente sobre o tipo de comunidade 'demótica' pré-moderna que sobreviveu até à era moderna em tantas partes do mundo. Por outras palavras, o modelo étnico foi sociologicamente fértil (SMITH, 1997, p. 60).

O que vale comentar sobre esta abordagem é que classe e etnia, por vezes, podem se confundir mediante a situação na qual há interesses políticos e econômicos em jogo entre grupos em conflito. A etnicidade se torna um instrumento político quando a modernidade se choca com identidades pré-modernas. O que ocorre é um esvaziamento da concepção de classe, abrindo espaço para a reivindicação política de grupos menores anteriormente incorporados de forma homogeneizante à classe. O advento da modernidade, por meio de seu processo de uniformização dos estilos de vida, acabou por exaurir a identidade de classe que outrora, séculos XVIII e XIX, conseguiam dar conta de um amplo espectro cultural.

Diversos tipos de administração colonialista davam apoio aos chefes locais a fim de obter controle da circulação de capitais nos territórios sob sua influência. No processo, a anteriormente segmentação regional aos poucos se tornou centralizada politicamente. Deste modo, desenvolveram-se etnias com base nos grupos favorecidos pelos colonialistas, grupos que antes do aparato administrativo colonial não existiam. O colonialismo alterou profundamente as formas de organização social e as maneiras de se ver na coletividade.

[...] não existia nada que se assemelhasse a uma etnia durante o período pré-colonial. As etnias procedem apenas da ação do colonizador que, em sua vontade de territorializar o continente africano, recortou identidades étnicas que acabaram sendo reapropriadas pelas populações. Nessa perspectiva, a "etnia", como inúmeras instituições pretensamente primitivas, não

passaria de mais um falso arcaísmo (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014, p. 43).

Ao pensar sobre o assunto, vale introduzir na análise o pensamento do antropólogo ugandense Mahmood Mamdani (1996), o qual ao estudar os tipos de administração colonialista cunhou o conceito de "Despotismo Descentralizado", de modo a explicar o processo pelo qual as elites nos territórios rurais se formaram – particularmente, as regiões sob influência colonial britânica –, uma vez que, no processo, a anteriormente segmentação regional aos poucos se tornou politicamente centralizada nas mãos dos chefes regionais, indivíduos com, praticamente, poderes aos moldes do Despotismo outrora combatido na Europa. Deste modo, desenvolveram-se reivindicações étnicas entorno dos grupos favorecidos pelo sistema colonial, grupos que antes do aparato administrativo colonialista não existiam de maneira homogênea e/ou coesa.

De acordo com Mamdani, o modelo colonialista britânico tinha como princípio norteador uma "Civilização a partir das leis", posicionando as Cortes coloniais como "faróis" da civilização ocidental – apesar da prática ter de dado no meio urbano através de uma lógica racista. Contudo, o poder teve que se adaptar ao terreno, consequentemente, o processo civilizatório se tornou uma administração da lei e da ordem. O sistema judicial desenvolvido nas colônias se articulou de maneira bipolar: nas zonas rurais a justiça operava por intermédio dos chefes tradicionais; no meio urbano uma corte hierárquica com magistrados brancos dominava a esfera jurídica. No processo, criou-se um dualismo legal: civilizar o centro administrativo urbano e tribalizar as regiões rurais, em outras palavras, criar um estado moderno centralizado no meio urbano enquanto as demais localidades ficavam organizadas em torno de autoridades tradicionais. Em suma, em

contraste com a sociedade civil centralizada na cidade havia a autoridade nativa, indivíduos que governavam com base na identidade étnica e no direito consuetudinário.

Entretanto, não se pode entender esta "etnização" apenas como um processo de "mão única". Os grupos administrados não aceitaram as designações coloniais de maneira passiva, em outros termos, incorporaram a linguagem política do colonizador e a ressignificaram à sua especificidade cultural, em um processo de "transculturação". No caso do Enclave de Cabinda³ por exemplo, os antigos reinos de Loango, N'Goio e Kakongo os quais eram "vassalos" do antigo Reino do Kongo escolheram se unir em uma coalizão, visando constituir recursos políticos a fim de melhor lidar com as transformações decorrentes da corrida colonialista, resultando na criação da região que passa a ser denominada de "Cabinda"⁴ – nome de um antigo porto da região.

Anthony D. Smith (1997) concluiu que, apesar de muitas nações atuais, ou ainda, estados-nação, serem multiétnicos, formaram-se em torno de uma etnia dominante, na qual se anexaram ou foram atraídos outros grupos étnicos. A etnia central definiu o padrão cultural. De acordo com Smith, as etnias "são por definição associadas a um determinado território, e não raramente a um povo escolhido com uma terra" (SMITH, 1997, p. 58). Entretanto, segundo Cambanda (2015, p. 21), existem nações que se formam sem uma etnia antecedente adjacente, nações que têm sido formadas por intermédio de tentativas de aglutinação de diversas culturas distintas, como são os casos dos países africanos, por vezes instituídos sem levar em conta os grupos tradicionais autóctones. O poder colonial quando passou por estes países acabou produzindo e introduzindo comunidades étnicas, um processo acelerado de nacionalização do qual, ao mesmo tempo,

³ O Enclave de riba-Zaire/Cabinda é considerado pelo governo de Angola como a décima-oitava província angolana (BEMBE, 2010, p. 34); encontra-se na costa ocidental africana com o Oceano Atlântico a Oeste, a República do Congo ao Norte e a Leste e Sul a República Democrática do Congo. Na região predomina o grupo etnolinguístico Kikongo, etnia Bakongo da grande família Banta. Os cabindas são compreendidos como naturais do Enclave, divididos em duas tribos: o clã Basundi e a outra tribo composta por seis clãs – Bauoio, Bakongo, Balinge, Baluango ou Baiombe, Bavili e Bakoki (BEMBE, 2010, p. 35).

⁴ Durante o período colonial – fins do século XIX e primeira metade do século XX – episódios específicos da história local foram instrumentalizados de forma pedagógica identitária, posicionando a concepção étnica no imaginário cabindês como elemento constituinte da identidade local. Esse caso sinaliza a criação de uma identidade étnica em resposta do processo colonialista (NEUMANN, 2017, p. 3).

criou-se etnias. Este aspecto comum na história colonial de várias nações da África subsaariana explica a procura de estados recém-independentes promoverem um patriotismo puramente territorial.

Nestas circunstâncias, as elites governantes, que podem muitas vezes ter sido recrutadas de uma etnia ou de uma mistura de agrupamentos étnicos dominantes, foram tentadas a dar forma a uma nova mitologia política e a uma nova ordem simbólica, não só para legitimar os seus regimes muitas vezes autoritários, mas também para evitar ameaças de conflito étnico endêmico e mesmo movimentos de secessão. Nestes casos o estado é utilizado para adaptar a 'religião civil', cujos mitos, memórias, símbolos e outros fornecerão o equivalente funcional de uma etnia dominante desaparecida ou incompleta (SMITH, 1997, p. 59).

Por vezes, a guerra estimula um "emparelhamento" de etnias; um etnicismo decorrente do conflito armado. No período pós-colonial quando da luta por representatividade e hegemonia política entre aqueles que no período anterior eram apenas "categorias étnicas" subjugadas e, administradas dentro da lógica colonial, passaram a disputar território com seus conterrâneos, os quais por sua vez também são categorias étnicas decorrentes do colonialismo. O que ocorreu, muitas vezes, foi que quem venceu foram aqueles que melhor dominaram o arcabouço político-cultural do antigo colonizador; a prova disto é que muitos estados pós-coloniais são herdeiros de estruturas estatais da época colonial, muitos mantendo como língua oficial do estado o idioma do colonizador. A máquina pública colonial perpetua no pós-colonial apenas com nova configuração.

Uma análise de caso: os projetos nacionalistas angolanos e o colonialismo português

No texto de Gabriel Fernandes se discute o ativismo negro-africano do início do século XX. Contudo, o autor faz uma ressalva, sem desvalorizar o rigor acadêmico, quanto às interpretações

de autores ocidentais no que eles chamam de "protonacionalismo" negro, concebidos como decorrência da ambivalência do sistema colonialista, logo, no caso do colonialismo português, não seriam o "embrião" do nacionalismo negro, mas sim ainda expressões do nacionalismo português. Nos primeiros momentos da incursão nacionalista africana, não se teria negado totalmente o nacionalismo do colonizador, o que parece é que apenas havia uma reivindicação por igualdade de tratamento perante a estrutura colonialista. De acordo com Fernandes:

As relações nas ex-colônias eram elas próprias produto da ambivalência; todas as ambiguidades embutidas nas ações desses ativistas têm de ser compreendidas dentro de um contexto político marcado pelo fato contraditório deles serem, a um tempo, nacionais e colonizados. E isso tem implicações tanto sobre a autopercepção como sobre as estratégias delineadas para se equilibrarem e sobreviverem dentro desse quadro ambivalente. Com efeito, eles são obrigados a oscilar entre o discurso identitário da nação e o imperativo diferencial do Império colonial; sentem-se portugueses pela civilização e africanos pela condição rácica, nacionalizados por lei e colonizados no quotidiano (FERNANDES, 2006, p. 67).

Segundo o autor, inicialmente a luta se deu no campo simbólico, não questionava a constitucionalidade de Portugal possuir e dominar colônias (FERNANDES, 2006, p. 66). Fernandes explicita no seu texto como se dava a relação entre o nacionalismo do colonizador e do colonizado:

Tendo em conta que cada caso é um caso, o que importa é decifrar os moldes em que as diferentes nações foram pensadas, imaginadas e (re)vividas, a partir da análise dos seus elementos constitutivos, suas estruturas discursivas, suas práticas quotidianas e seus duplos. Ou seja, o pressuposto básico é o de que as nações não foram simplesmente imaginadas, mas também postas em ação e relação (FERNANDES, 2006, p. 60).

A partir de meados do século XX os dife-

rentes movimentos de libertação de Angola⁵ começaram a se organizar em manifestações nacionalistas distintas, fenômeno decorrente da ampla complexidade etnocultural do território, levando a antiga colônia portuguesa a mergulhar em uma problemática disputa política em torno da construção da futura nação independente.⁶ A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) representava os interesses das populações residentes nas regiões centrais, de maioria proveniente da etnia Ovimbundu, falantes de umbundu, acusavam a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de ser "tribalista" e condenavam o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) por apenas valorizar as populações urbanas da capital; do centro urbano de Luanda a representatividade ficava a cargo do MPLA, partido formado por uma elite intelectual proveniente das populações de assimilados, mestiços e falantes de quimbundo; as populações rurais do Norte tinham representação política por intermédio do FNLA, neste contingente muitos eram oriundos dos Bakongo, falantes de Kikongo, também residentes na província do Enclave de Cabinda e na República Democrática do Congo – Congo Kinshasa.

Esta conjuntura formou um ambiente desfavorável para o exercício pleno da soberania do Estado angolano, o qual vem sofrendo um processo de "descentralização de seus poderes para níveis subnacionais" (MANGOVO, 2012, p. 92). A dificuldade do governo de Angola em exercer seu poder vai ao encontro da realidade de diversos Estados africanos em estabelecer "mecanismos institucionais de integração nacional" (MANGOVO, 2012, p. 92) aos moldes do Estado-nação ocidental.

Durante os acordos de Alvor⁷ em 11 de novem-

bro de 1975 os três movimentos nacionalistas de Angola – MPLA, FNLA e UNITA – acordaram que a administração do estado seria organizada mediante eleições presidenciais, contudo, elas não ocorreram de imediato (ALMEIDA, 2013, p. 83). Em 4 de fevereiro de 1975 fora proclamada a independência da República Popular de Angola, em Luanda, ato protagonizado por Agostinho Neto, líder político e intelectual do MPLA. Entretanto, Jonas Savimbi, líder da UNITA, também proclamara a independência em 11 de novembro do mesmo ano, pela aliança FNLA-UNITA, na província de Nova Lisboa – Huambo.

Os desdobramentos depois destes episódios levaram à guerra civil angolana, uma disputa político-militar entre a UNITA – representante das etnias do planalto central – contra o MPLA – que representava a elite urbana da capital Luanda. Os conflitos cessaram por um curto período no início da década de 1990, quando houve a tentativa de novas eleições presidenciais. O resultado foi a vitória de José Eduardo dos Santos, líder do MPLA depois da morte de Agostinho Neto e presidente desde 1979, o qual fora acusado de fraude por Jonas Savimbi. Novamente Angola mergulhava em conflitos armados. A guerra somente teve seu fim quando Savimbi foi morto em 22 de fevereiro de 2002, na cidade de Lucusse, província de Moxico, durante uma emboscada. Atualmente, Angola enfrenta reivindicações separatistas na província do Enclave de Cabinda⁸ bem como nas províncias do leste, onde o Movimento Protetorado Lunda-Tchokwe almeja uma monarquia.⁹ O exemplo de Angola explicita o sincretismo entre antigas políticas colonialistas, expressões identitárias pré-modernas e o advento da etnicidade como linguagem política pós-colonial. A problemática em torno destes aspectos é uma

⁵ Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, liderança de Agostinho Neto; Frente Nacional de Libertação de Angola, FNLA, liderança de Holden Roberto; União Nacional Para Independência Total de Angola, UNITA, liderança de Jonas Savimbi.

⁶ Mais sobre a historiografia referente a Angola, vide BIRMINGHAM, 2002, p. 137-184; BITTENCOURT, 2017, p. 157-186; COELHO, 2015, p. 1-13; OLIVEIRA, 2015; PÉCLARD, 2012, p. 149-174; PEARCE, 2017.

⁷ Em Alvor no Algarve em janeiro de 1975, foram acordados os termos para libertação de Angola entre as autoridades portuguesas e as lideranças dos três principais movimentos de libertação angolanos.

⁸ Criada em 1963, na qual se fundem outros movimentos nacionalistas – o Movimento para Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC); o Comitê de Ação da União Nacional de Cabinda (CAUNC); e a Aliança Nacional Mayombe (ALLIAMA) –, a Frente para Libertação do Estado de Cabinda (FLEC) – é um movimento guerrilheiro, político e separatista que luta pela independência da região.

⁹ Toda a fronteira Leste – majoritariamente ocupada pela etnia Tchokwe – a qual abrange as províncias Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando-Cubango, atualmente lutam por sua emancipação política. A organização responsável é o Movimento Protectorado Lunda-Tchokwe (MPLT).

das heranças da modernidade ocidental.

Considerações finais

Ao longo do período colonial, a máquina estatal das potências europeias atuantes nas colônias africanas utilizou de “etnônimos” nas formas de administração, levando as populações a adotarem tais nomenclaturas no processo de assimilação do sistema estrangeiro às suas dinâmicas culturais internas. Apesar de muitas nações europeias terem tentado suprimir expressões culturais tradicionais das regiões onde tentavam administrar, essas culturas resistiram e, como resposta ao período colonial, hoje mobilizam as “etnias” criadas ao longo do processo colonizador para adentrarem no jogo político das relações internacionais, moldadas segundo preceitos da modernidade ocidental. Desta maneira, populações anteriormente não atuantes e sem representatividade passaram a emergir como expressões étnicas: neste momento surge a “etnicidade”, quando um grupo adota o etnônimo como parte constituinte de sua cultura. Na verdade, o que surge é o uso político dos conceitos de etnia e de etnicidade, um desdobramento do arcabouço teórico nacionalista, ora adaptado às variabilidades regionais por onde o modelo de Estado-Nação ocidental teve vigência. O antropólogo indiano Mahmood Mamdani (1996), docente em Uganda e E.U.A, lembra que “noções” do que um dia fora designado como etnia sempre existiram, porém, o uso político destes termos somente pode ser entendido no momento pós-colonial.

Referências

- ALMEIDA, Eugénio Costa. O Difícil Processo de Definição de Fronteiras e Pertencas Político-identitárias no Debate de Cabinda. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 25, p. 65-93, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/849>. Acesso em: 15 set. 2019.
- AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. *No Centro da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África*. Lisboa: Edições Mulemba, 2014.
- BEMBE, Miguel Domingos. Análise do Processo de Paz no Enclave de Cabinda. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 20, p. 27-54, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/140>. Acesso em: 16 set. 2019.

BEMBE, Miguel Domingos. Partilha do poder no Enclave Angolano de Cabinda: Modelo e processo. *MULEMBA Revista Angolana de Ciências Sociais*, Mulemba, v. 4, n. 8, p. 1-22, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/416>. Acesso em: 17 set. 2019.

BIRMINGHAM, David. Angola. In: CHABAL, Patrick (org.). *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002. p. 137-184.

BITTENCOURT, Marcelo. O 25 de Abril e o MPLA. In: PAREDES, M. M.; PEREIRA, L. G. *Depois dos Cravos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2017. p. 157-186.

CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 391-408, abr./jun. 2012.

CAMBANDA, Francisco Domingos. *A Questão Étnica como Fator de Estabilidade do Processo Político e do Desenvolvimento Socioeconômico em Angola*. 2015. 382 f. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

CAPOCO, Zeferino Dulo. *O Nacionalismo e o Estado: Um Estudo Sobre a História Política de Angola (1961-1991)*. 2013. 333 f. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

COELHO, Virgílio. A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.ª parte). *MULEMBA Revista Angolana de Ciências Sociais*, Mulemba, v. 5, n. 9, p. 1-13, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mulemba/473>. Acesso em: 18 set. 2019.

FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação: notas para uma Reinterpretação do Cabo Verde Crioulo*. Florianópolis: UFSC, 2006.

HALL, Stuart. A questão multicultural. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 51-100.

HALL, Stuart. Estudos culturais: dois paradigmas. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 131-159.

HORTA, José da Silva. “Nações”, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 649-675, set./dez. 2013.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (org.). *História dos Conceitos: Debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre a História*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. New Jersey, Princeton University Press, 1996.

MANGOVO, Patrício Munengo. Os Desafios da Paz em Angola e as Dinâmicas do Conflito em Cabinda. *Nação e Defesa*, Lisboa, n. 131, p. 91-123, 2012. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7656/1/NeD131_PatricaoMunengoMangovo.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

NEUMANN, Rui. Contributo Para A Controvérsia Sobre O Tratado De Simulambuco. *CEDIS Working Papers*, Lisboa, n. 2, p. 1-30, out. 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. *Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil*. Lisboa: Tinta da China, 2015.

PEARCE, Justin. *A Guerra Civil em Angola 1975-2002*. Lisboa: Tinta da China, 2017

POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. Edusp, 2003.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. A etnicidade, definições e conceitos. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 85-121.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. O estado atual do debate sobre a etnicidade. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 123-140.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SMITH, Anthony D. As bases étnicas da identidade nacional. In: SMITH, Anthony D. *Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva, 1997. p. 37-61.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n.15, p. 7-23, 2001/2002.

Roger Machado Marques

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil – linha de pesquisa História Política, Intelectual e Mídias.

Endereço para correspondência

Roger Machado Marques
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Av. Ipiranga, 6681, Prédio 8, 4º Andar
Partenon, 90619-900
Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.